

CORREIO POLÍTICO

Ton Molina/STF



Sessão de quarta se inicia com voto de Luiz Fux

Falta só um voto para a condenação de Bolsonaro

O ministro Luiz Fux inicia com seu voto a sessão desta quarta-feira, 10, na 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal já sabendo da condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Afinal, o presidente da Turma, Cristiano Zanin, é voto certo contra Bolsonaro e os demais sete reús. Não só por ter sido advogado de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas por tudo que tem conversado

com amigos. Ele é o último a votar. Quem vota logo após Fux é a ministra Cármen Lúcia, também voto certo contra os réus.

Chegou-se a especular que Fux pediria vista do processo, no que seus colegas já não acreditam. O máximo que Fux poderá fazer é diminuir a média das penas, com propostas de tamanho mínimo. Ontem, ele estava visivelmente mau humorado.

Torta de climão

O mau humor de Luiz Fux na sessão desta terça-feira provocou o momento de maior tensão no julgamento do “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado. Foi quando Fux interrompeu Alexandre de Moraes para avisar que não o seguiria na votação das preliminares.

Dino humorado

Como sempre, o ministro Flávio Dino apresentou-se como o bem-humorado das sessões. Até ao dar alfinetadas. Foi o que ocorreu quando Luiz Fux reclamou de ter aparteaado Alexandre de Moraes e avisou que não aceitaria interrupções. “Pode dormir em paz”, disse Dino.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Começam sessões de comissão especial sobre a PEC

Comissão sobre PEC da Segurança começa trabalhos

Nesta terça-feira (9), foi oficialmente instalada a comissão especial da Câmara dos Deputados que discutirá a Proposta de Emenda à Constituição que determina a criação do Sistema Único de Segurança Pública (PEC 18/2025).

O presidente da comissão é o deputado Aluísio Mendes (Republicanos-MA) e o relator da proposta é o

deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE).

“Queremos envolver a participação da União, garantindo mais recurso, e que as polícias ligadas ao governo federal também possam ajudar. Temos um grande pacto em favor da segurança pública ao dar prioridade ao cidadão”, disse o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Comissão

Instalada após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovar a PEC em julho, a comissão especial terá até 40 sessões para discutir a medida. Nesse tempo, serão realizados debates e audiências para discutir a efetividade da proposta oriunda do Executivo.

O texto

A PEC da Segurança visa desburocratizar e aumentar a eficiência do trabalho das forças de segurança e demais autoridades de combate de organizações criminosas, aproximando os entes federativos com o governo federal. O texto ainda enfrenta resistência de governadores.

Desafios

O relator destacou que o maior desafio será construir um texto que amplie a integração entre União, estados e municípios. “A gente tem que ampliar o debate junto com especialistas, gestores e principalmente operadores de segurança pública estadual e federal”, disse Mendonça.

Mudanças

A PEC amplia a atuação da Polícia Rodoviária Federal, que passará a ser Polícia Viária Federal (atuará em rodovias, hidrovias e ferrovias). Também amplia a atuação da PF, permitindo aos agentes investigar milícias e crimes ambientais. A PF só tem autorização mediante decisão judicial.

Moraes vota para condenar Bolsonaro por trama golpista

Entendimento inclui os outros sete integrantes do “Núcleo Crucial”

Por Karoline Cavalcante

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta terça-feira (9) pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros sete ex-integrantes de seu governo por tentativa de golpe de Estado. O julgamento, em curso na Primeira Turma da Corte, analisa a responsabilidade do chamado “Núcleo Crucial” da trama golpista que tentou impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após o resultado das eleições de 2022.

Moraes, relator da Ação Penal 2668, foi o primeiro a votar no julgamento, que deve se estender até sexta-feira (12). Ele foi seguido por Flávio Dino, que corroborou seu entendimento com ressalvas. Os ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin, presidente do colegiado, ainda apresentarão seus votos. A condenação se confirmará com o apoio da maioria simples dos magistrados.

Organização criminosa

Durante quase cinco horas de apresentação, acompanhada de mais de 60 slides, o ministro traçou um panorama detalhado de como o grupo teria agido, segundo ele, de forma coordenada e hierarquizada, com o objetivo de impedir a alternância democrática de poder no Brasil.

Na visão do relator, o ex-chefe do Executivo liderava uma organização criminosa armada, com auxílio de membros do alto escalão do governo e das Forças Armadas, e utilizou estruturas do Estado brasileiro para sustentar um projeto autoritário de manutenção de poder. “Jair Messias Bolsonaro foi fundamental para reunir indivíduos de extrema confiança do alto escalão do governo que integravam o núcleo central da organização criminosa”, entendeu o juiz.

Blocos

Moraes construiu seu voto em 13 blocos temáticos que demonstrariam o avanço progressivo de um plano golpista a partir de 2021. Ele destacou como atos-chave: as lives realizadas pelo ex-presidente com ataques às urnas eletrôni-



Foto: Gustavo Moreno/STF

Para Moraes, Bolsonaro teria utilizado estruturas do Estado para manutenção de poder

cas, classificadas pelo ministro como “atos executórios”, e disseminadas por milícias digitais. Mencionou também a reunião ministerial de julho de 2022, descoberta em um computador de Cid, tida por Moraes como confissão dos envolvidos.

Além disso, o ministro classificou o encontro com embaixadores como um “ato de entreguismo histórico”. Na ocasião, Bolsonaro teria atacado a Justiça Eleitoral diante de diplomatas internacionais. Em relação às operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno de 2022, que teriam como objetivo dificultar a mobilização de eleitores no Nordeste, o magistrado associou essas ações a um plano de desestabilização institucional.

No que diz respeito ao plano “Punhal Verde e Amarelo”, impresso no Palácio do Planalto e levado ao Alvorada por um general, que previa inclusive o assassinato de autoridades e a neutralização da cúpula do Judiciário. “Não se faz barquinho de papel com esse tipo de documento”, ironizou o ministro. O relator destacou ainda que Bolsonaro se manifestou publicamente contra uma eventual derrota eleitoral, reforçando sua disposição de não aceitar o resultado das urnas. Em uma live de 2021, o ex-presidente afirmou que “só sairia morto, preso ou com a vitória”. Segun-

do Moraes, não se tratavam de bravatas, mas de declarações alinhadas a um plano em curso.

Ramagem

Um dos momentos mais incisivos da apresentação foi a leitura de mensagens trocadas entre Bolsonaro e Alexandre Ramagem, então diretor da Abin e hoje deputado federal (PL-RJ). Em uma dessas mensagens, Ramagem afirma que “a urna já se encontra em total descrédito perante a população” e sugere que essa narrativa deveria ser “massificada”. Para Moraes, o conteúdo das mensagens evidencia não apenas a tentativa de corroer a confiança no processo democrático, mas também a existência de um plano executado com coordenação e intencionalidade.

“Isso não é uma conversa entre delinquentes do PCC [a organização criminosa Primeiro Comando da Capital]. Isso é um diretor da Abin falando com o presidente da República”, disse o magistrado, ao ler em plenário os trechos que, segundo ele, demonstram o uso da inteligência estatal como ferramenta de ataque à ordem constitucional.

Para o ministro, os ataques de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos Três Poderes foram o ápice de uma escalada de ações golpistas iniciada ainda em 2021. Ele relacionou os acampamentos em frente aos quartéis-generais,

a disseminação de fake news e os atos violentos durante a diplomação do presidente Lula como parte de um mesmo plano. “O Brasil demorou para atingir sua democracia. Tivemos 20 anos de ditadura, de tortura, de desrespeito aos Poderes Judiciário e Legislativo. As pessoas desapareciam, as pessoas eram mortas. Não é possível banalizar esse retorno a esses momentos obscuros da história”, ressaltou.

Atentado

Durante a leitura do parecer, uma fumaça escura invadiu o céu da Esplanada dos Ministérios devido a um incêndio que atingiu mais de 20 banheiros químicos nas proximidades do Teatro Nacional. Segundo informações da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), o fogo foi contido rapidamente pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e o suspeito do crime — uma pessoa em situação de rua de 22 anos — foi detido e levado para depor na 5ª Delegacia de Polícia, na Asa Norte. Ainda não há informações sobre os principais elementos motivadores da ação.

“É importante destacar que no momento da abordagem, o suspeito carregava uma mochila e além de itens pessoais, havia uma lâmina e também um spray com gás butano inflamável”, declarou a subcomandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, Major Talita, em coletiva.

Flávio critica condução de Moraes em julgamento contra Bolsonaro

Carlos Moura/Agência Senado



Flávio Bolsonaro acusa Moraes conduzir voto “com raiva”

Por Gabriela Gallo

No mesmo dia do retorno do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que pode condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente da República, acusou o ministro-relator do plano de tentativa de golpe o STF, Alexandre de Moraes de realizar “um voto político”.

“[O ministro Moraes] fala com tanta raiva. Parecia o líder do governo do PT no Supremo, proferindo palavras sem embasamento jurídico, sem vinculação com absolutamente nenhuma prova, como quem está ali praticando uma vingança, porque, na cabeça dele, parece que Jair Bolsonaro queria matá-lo”, afirmou Flávio Bolsonaro em coletiva de imprensa no Senado nesta terça-feira.

A oposição convocou a coletiva de imprensa para co-

mentar sobre as informações apresentadas pelo ex-assessor Especial de Enfrentamento à Desinformação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, durante a reunião da Comissão de Segurança Pública (CSP) no Senado. Tagliaferro, que trabalhou no TSE na mesma época que Moraes presidia o tribunal,

apresentou documentos e relatórios que apontam supostas irregularidades na condução de investigações envolvendo empresários bolsonaristas em 2022. Ele acusa Moraes de adulterar datas de documentos técnicos que foram usados para justificar operações de busca e apreensão contra empresários.

Diante das informações

do ex-assessor de Moraes, Flávio Bolsonaro alegou que tem provas que sustentem justificar uma suposta “manipulação processual” vinda de Moraes.

Anistia

Com o desenrolar da votação dos ministros da Primeira Turma do Supremo, se intensificam cada vez mais as cobranças e pressões de parlamentares da oposição que buscam a votação do projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Contudo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou para a imprensa nesta terça-feira após a instalação da comissão especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública que ainda não há previsão “nem de pauta, nem de relator” para a anistia.